

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA Associação CUT



## Resgate histórico

Centro do Rio reviverá a Marcha Contra a Farsa da Abolição.  
*Página 8*

## Entrevista

Defensor público expõe as razões pelas quais a Defensoria Pública da União descarta a Ebserh como solução para a crise dos HUs. *Página 5*

## Jornada Nacional de Lutas da Fasubra: de 20 a 24 de maio

### Duas ações estão na ordem do dia para a direção sindical:

- . Mobilizar a categoria para participar do GT-Carreira Sinturj, no dia 22, que vai tratar das negociações com o governo sobre a racionalização, a reposição dos aposentados e a democratização das Ifes;
- . Levar ao Conselho Universitário, dia 23, a massa da categoria, pois nesse dia será decidido o futuro da nossa universidade. Todos contra a Ebserh!

## DOIS PONTOS

## APOSENTADOS

## Chá-dançante em homenagem às mães

Nesta terça-feira, dia 21, das 14h às 18h, no Espaço Cultural do Sintufjr, a Coordenação de Aposentados e Pensionistas realiza um chá-dançante em homenagem às mães da categoria.

## Confira os próximos eventos da coordenação:

**Junho**

Dia 18: Festa junina. Das 14h às 18h, no Espaço Cultural.

**Julho**

Dia 16: Comemoração do Dia dos Pais. Das 14h às 18h, no Espaço Cultural.

**Agosto**

Dia 20: Passeio ao sítio.



## Decania homenageia técnicos-administrativos

Trabalhadores de todas as unidades que compõem o Centro de Tecnologia foram homenageados pela Decania, em cerimônia festiva realizada na quarta-feira. A iniciativa se repete há mais de uma década e sempre contou com o apoio do Sintufjr.

Os homenageados receberam uma placa em agradecimento à relevante contribuição que deram com o trabalho que realizaram para as conquistas da unidade, e ainda ganharam um kit dos programas ambientais da Decania.

## Momento lúdico

A Companhia do Teatro do Nada arrancou muitas risadas dos presentes ao auditório da Decania com a apresentação de histórias curtas e jogos. A proposta era mostrar aos profissionais que eles podem ser criativos no trabalho se souberem fazer uma leitura lúdica do cotidiano.

O encerramento foi com um coffee break.

## Homenageados

Do Instituto de Macromoléculas (IMA): o electricista André Luiz dos Santos e o administrador de edifício Geraldo Alves Ferreira. Da Escola Politécnica: o administrador



Fotos: Renan Silva

DILZA, Geraldo, André, Maria Aparecida, Huascar, Josenildo, Laila e Daniela



COMISSÃO organizadora do evento: Marlene Caldas, Vanda Borges, Huascar da Costa Filho, Rossana Torres e Regina Magalhães

de edifício Carlos Alberto Macário. Da Coppe: a gerente de Apoio, Conservação e Limpeza Dilza Barros e o auxiliar administrativo Josenildo Gomes de Moura. Da Escola de Química: a técnica de secretariado Maria Aparecida Santana Silva. Da Decania do CT: a técnica em conta-

bilidade Daniela Pacheco e a assistente administrativa Laila Brizio.

Este ano o destaque especial da Decania foi o técnico-administrativo Huascar Costa Filho, do Sistema de Gestão Integrada, pela atuação na reorganização do estacionamento do CT.

## Sintufjr organiza campeonato interno de futebol



A Coordenação de Esporte e Lazer realizou no dia 15 de maio, na sede do Sintufjr, a primeira reunião para discutir a organização do campeonato interno de futebol. Várias propostas foram feitas para contribuir com a organização, apesar do número reduzido de participantes.

“Embora tenham comparecido poucos representantes de unidade, destacamos a presença de dois companheiros recém-concursados da Pró-Reitoria de Pessoal, que ficaram muito interessados com a realização do campeonato. Desejamos que mais novos funcionários participem para trazer sangue novo para o campeonato”, disse o coordenador de Esporte e Lazer Jorge Pierre. Também participaram da reunião os coordenadores Rubens Morais, Paulo Cesar de Souza e Genivaldo Santos.

## Próxima reunião

Será no dia 21 de maio, terça-feira, às 16h, na sede do Sintufjr.



**VICE-CAMPEÃO:** este é o time do HU que conquistou o troféu como vice-campeão do torneio “Trabalhador chuta a Ebsersh para fora da UFRJ”, realizado no campo do Grêmio da Biologia, em 3 de maio.

## Sintufjr faz cultura

Se você toca algum instrumento, é escritor, canta, dança, faz mágicas, é poeta, trapezista, palhaço, ator ou atriz, enfim, tem veia artística e criativa à flor da pele, a direção sindical está interessada no seu talento.

Fale com a gente. Envie um e-mail para [sintufjrfazcultura@sintufjr.org.br](mailto:sintufjrfazcultura@sintufjr.org.br).

## Alcoólicos Anônimos

Todas às quartas-feiras, das 15 às 17h, o Grupo de Alcoólicos Anônimos da Cidade Universitária realiza reuniões na subsele do Sintufjr, no HU.

## Reunião da Vigilância

Dia 23 de maio, quinta-feira, às 14h, na sede da Diseg. Pauta: eleição de delegados ao XXII Seminário Nacional de Segurança das Ipes marcado para 23 a 28 de setembro, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

## Nota de falecimento

É com pesar que comunicamos o falecimento da servidora Mônica Caminiti Ron Ren, 52 anos, dia 16 de maio. A técnica em assuntos educacionais trabalhava na secretaria do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O sepultamento foi no dia 17, no cemitério São João Batista.

## Militantes da CTB na sessão do Consuni de 9 de maio



**CELSO**, militante da UFPA, Ritinha, técnica-administrativa, e o coordenador do Sintufjr Boaventura

**COORDENADOR-geral do Sintufjr Celso Procópio e o técnico-administrativo Luiz Carlos**



**PAULO Vaz**, coordenador da Fasubra, e Boaventura



FASUBRA

# Jornada de lutas começa dia 20

## Plenária nacional da Fasubra delibera sobre calendário de lutas para fazer frente aos ataques do governo aos trabalhadores públicos federais, em especial à nossa categoria

Os 95 delegados das 23 instituições federais de ensino superior que participaram da Plenária Nacional Estatutária da Fasubra Sindical, realizada nos dias 10 e 11 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, concluíram que o governo federal aprofunda o processo de reforma do Estado com o objetivo de atender às demandas e à lógica do mercado, e com isso aumenta os ataques ao funcionalismo, consequentemente aos técnicos-administrativos em educação.

Para fazer frente às práticas e ameaças do governo, a plenária aprovou por unanimidade (com apenas uma abstenção) uma agenda de lutas e mobilizações que começou a ser posta em prática com o Dia Nacional de Luta contra o PLP 92/2007 (que cria as fundações estatais de direito privado), na quarta-feira, dia 15. Em seguida, vem a jornada de lutas, de 20 a 24, com previsão de paralisação no dia 22, cujos eixos são: a luta por democracia nas instituições federais de ensino superior (Ifes); a luta pelos turnos contínuos (jornada de 30 horas) e a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Toda a categoria está convocada a construir uma forte jornada, que ocorrerá na semana em que o Andes-SN também realiza uma semana de luta. Portanto, a mobilização na UFRJ vai envolver os três segmentos: técnicos-administrativos, professores e estudantes.



MESA: Rosângela Costa, Gibran Jordão e Francisco de Assis



MOMENTO da plenária final da Fasubra, no sábado, dia 11

### Ataques

Na avaliação dos delegados e da direção da Fasubra, os ataques aos trabalhadores federais, incluindo aí a nossa categoria, se materializam com a privatização do serviço público, que se dá por meio de várias formas, tais como: concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e criação de fundações

e empresas públicas de direito privado, como a Ebserh. Estes ataques também são realizados por meio da precarização do trabalho: não regulamentação da negociação coletiva para os funcionários públicos, endurecimento das negociações salariais e retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

## Jornada Nacional de Lutas

### Calendário de atividades do SintufRJ

De 20 a 24 de maio, a direção percorrerá os campi e as unidades mobilizando para o abaixo-assinado pela anulação da reforma da Previdência Social de 2003; para a reunião do GT-Carreira, que tratará do andamento das negociações com o governo sobre a racionalização, a reposição dos aposentados e a democratização das universidades, e para a ida em massa da comunidade universitária ao Conselho Universitário dia 23, quando será decidido o futuro da UFRJ.

• **GT-Carreira SintufRJ: quarta-feira, dia 22, às 14h, no Espaço Cultural da entidade.**

• **Conselho Universitário: quinta-feira, dia 23, às 9h (2º andar do prédio da Reitoria).**

### Mobilização nas unidades

Na **segunda-feira, dia 20**, a direção sindical irá a Odontologia, Praia Vermelha, Prefeitura Universitária, DVST e Cinelândia. Na **terça-feira, dia 21**: CFCH e Escola de Música. Na **quarta-feira, dia 22**: IFCS, HUCFE, Museu Nacional e Hesfa. Na **quinta-feira, dia 23**: a partir das 9h, no Conselho Universitário.



BANCADA de delegados da UFRJ à plenária

## Deliberações da plenária

• 15 de maio: Dia Nacional de Luta Contra o PLP 92/2007. Há previsão de votação do projeto de lei nessa data. Portanto, caso esta previsão se realize, as bases da Fasubra mais próximas de Brasília vão realizar mobilizações no Congresso Nacional.

• Nesse mesmo dia uma comissão da direção nacional da Fasubra irá a Porto Alegre com o objetivo de estabelecer negociação

com os reitores, que estariam participando da reunião da Andifes, acerca das perseguições aos dirigentes e militantes da base da Federação.

• Jornada Nacional de Lutas de 20 a 24 de maio, com previsão de paralisação onde for possível no dia 22. Os eixos desta jornada são: a luta para barrar a Ebserh, a redução da jornada de trabalho e a luta pela democracia nas universidades, quando na oportunidade

devem ser denunciadas as medidas autoritárias das reitorias contra os técnicos-administrativos em educação. No decorrer da jornada, as bases devem potencializar o abaixo-assinado pela anulação da reforma da Previdência Social.

• Fortalecer e apoiar todas as lutas e greves que estão se desenvolvendo na base da categoria, com destaque especial para as greves na UFES e UFRRJ.

• Organizar um seminário nacional sobre jornada de trabalho.

• Reunir o GT-Saúde para socializar as informações sobre a situação dos hospitais universitários.

• Convidar as entidades da região para participar com a representação da Fasubra do Conselho Universitário da UFRJ dia 23 de maio, quando será votada a adesão ou não da universidade à Ebserh.

• Incluir na pauta da jornada

de lutas a autonomia com democracia e aposentados.

• Unificar para que o foco da nossa luta seja em defesa dos hospitais universitários.

• A Fasubra deve organizar o debate sobre a organização sindical e encaminhar às bases.

• Realização do encontro jurídico dias 23 e 24 de maio.

• Lutar pela equidade dos benefícios.

## Encerramento

O coordenador-geral do SintufRJ e coordenador Jurídico e de Relações de Trabalho da Fasubra, Francisco de Assis, agradeceu, em nome do Sindicato, “aos companheiros que se deslocaram de seus estados um dia antes do início da plenária para nos ajudar na batalha contra a Ebserh no Conselho Universitário da UFRJ”. Francisco

parabenizou as companheiras pelo Dia das Mães e também a Fasubra, “nossa mãezona”.

“Esta plenária foi mais uma etapa da construção da unidade coletiva da nossa base contra os ataques do governo federal. Existe hoje em curso um processo de desmonte do Estado e estamos nos organizando para esse enfrentamento e para discutir o papel do Estado para a sociedade”, afirmou o coordenador

de Organização Sindical da Fasubra, João Paulo Ribeiro.

Depois de participar dos dois dias do debate sobre a conjuntura atual, o coordenador de Administração e Finanças do SintufRJ, Rodrigo de Mello, concluiu: “A Fasubra, nos últimos meses, tem feito uma campanha intensa sobre a Ebserh. Entendo que temos que ter prioridades, mas também precisamos responder a outras demandas,

porque, além da Ebserh, estão sendo desferidos outros ataques à nossa organização sindical e à nossa carreira. Por exemplo: o governo tem usado órgãos de controle para perseguir sindicalistas. E de que maneira estamos reagindo a essas invasões? É urgente que se brigue para liberar dirigentes eleitos para trabalhar pela categoria.

Há muito pelo que se organizar, como a frente de lutas contra a

criação das fundações estatais de direito privado, cujo projeto de lei (PLP 92/2007) tramita célere no Congresso Nacional, e a agenda de debates dos encontros regionais. Na minha avaliação, o objetivo desses encontros é discutir novas políticas e novas formas de organização sindical. Precisamos fazer um sindicalismo para fortalecer a nossa luta e para pôr um fim ao nosso isolamento.”

# Defensoria Pública dá prazo à Reitoria

## Para reposição de pessoal e realização de concurso público previsto pelo regime estatutário

Fotos: Renan Silva

A Defensoria Pública da União (DPU) realizou na terça-feira, dia 14, uma vistoria na emergência do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). O defensor público federal André Ordacgy, titular do 1º Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU no Rio de Janeiro, que averiguou a situação, informou que emitiria uma recomendação ao reitor sobre a contratação de pessoal e que este teria 15 dias para cumpri-la.

A ação da DPU foi motivada pelo fechamento da emergência da unidade, no dia 26 de abril, pelo diretor Edimilson Migowski, sob a alegação de falta de pessoal e insumos (material). Mas, depois de ofício da Defensoria recomendando a reativação da emergência, o setor voltou a funcionar parcialmente para casos graves e com risco de morte encaminhados por outras unidades referenciadas do SUS.

A coordenadora-geral do Sintufjr Alzira Trindade e o coordenador de Políticas Sociais Jorge Luiz Ferreira acompanharam a ação da Defensoria. Alzira expôs para André Ordacgy que parte da comunidade universitária defende a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) por considerá-la a solução para os problemas dos hospitais universitários. O defensor condenou a adoção da empresa. (Leia na página 5 a entrevista com André Ordacgy.)

### Situação da unidade

Diariamente eram atendidas na emergência cerca de 90 crianças, mas atualmente esse número baixou para 15 a 20 pacientes/dia. De acordo com o diretor da unidade, isso ocorreu porque o setor, que contava com 33 médicos, tem hoje apenas 17. “O que levou ao fechamento parcial da emergência foi o déficit de pessoal e a falta de insumos. O problema com os insumos a gente resolve na próxima semana, pois houve uma compra em caráter emergencial. Mas a falta de pessoal não tem como resolver nesse período, porque não depende do gerenciamento do instituto”, informou Edimilson.

O diretor relatou vários casos de servidores que se aposentaram, foram demitidos ou pediram demissão, faleceram ou se



**DIRETORES** do IPPMG: Edimilson Migowski e Bruno Leite conversam com o defensor público André Ordacgy

acidentaram para justificar as causas da redução, por exemplo, de médicos na unidade. E explicou que, mesmo contando com materiais, não poderá reabrir plenamente a emergência pela falta de médicos, e que mesmo os concursos previstos para o IPPMG não irão suprir o déficit desses profissionais.

### Devolução de vagas

Na avaliação de Edimilson, as vagas de funcionários da unidade que se demitiram, aposentaram ou morreram – para as quais a UFRJ tem autonomia para realizar concurso – deveriam ser devolvidas ao IPPMG: “Se eu trabalhasse quase que exclusivamente com as vagas que sempre foram minhas de médicos, enfermeiros e técnicos, não estaríamos passando esse sufoco. Essas vagas têm que voltar ao IPPMG”. O diretor informou que já solicitou essas vagas à Reitoria, mas não recebeu resposta.

### Determinações da DPU

Na vistoria realizada, a defensoria constatou que o problema com a falta de insumos está sendo resolvido, e que a questão mais grave é a carência de recursos humanos: médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, situação que é agravada com as aposentadorias e falecimentos de servidores, cujas



**ANTÔNIO** Eduardo, colaborador, coordenadores Alzira Trindade e Jorge Luiz falam com jornalistas sobre a Ebserh

vagas não são preenchidas ou são deslocadas para outras unidades. “Isso leva a uma ofensa do princípio constitucional do melhor interesse da criança”, disse o defensor.

O defensor informou que emitiria uma recomendação ao reitor da UFRJ para reposição de pessoal na unidade: “Vamos solicitar que o reitor devolva as vagas que são do IPPMG e que o concurso público que está em aberto pelo Regime Estatutário preveja um número maior de médicos pediátricos. Para a emergência só estariam previs-

tos dois, número completamente insuficiente e que continuaria a manter o IPPMG refém dos extraquadro”, afirmou André Ordacgy.

Na mesma recomendação à Reitoria, o defensor disse que irá requerer a transferência para o IPPMG de médicos anestesistas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, já que das 14 salas de cirurgia da unidade apenas duas estariam funcionando.

### Quinze dias

Ordacgy disse que daria um

prazo de 15 dias para que a Reitoria atendesse à recomendação. Caso contrário, a Defensoria Pública da União entraria com uma ação civil pública na Justiça Federal com pedido de liminar para que a situação seja sanada.

### Posição da PR-4

O pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, não quis comentar sobre a ação da Defensoria no IPPMG, dizendo que a posição da UFRJ é esperar a manifestação do órgão para então depois se pronunciar.

EM DEFESA DA AUTONOMIA

# Conselheiros reivindicam comissão autônoma da UFRJ

Com a suspensão da sessão do Conselho Universitário no dia 9 pelo reitor Carlos Levi, a discussão sobre a crise nos hospitais universitários e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) deverá voltar à pauta do órgão na quinta-feira, dia 23, e para uma definição.

A expectativa é que seja posta para avaliação e votação dos conselheiros a proposta formulada pelas comissões – a pedido do próprio reitor – de um calendário para discutir as duas proposições levadas ao Consuni: a adesão à Ebserh e a proposta de solução para os HUs formulada pelas entidades: SintufRJ, AdufRJ e DCE Mário Prata.

De acordo com vários conselheiros, o reitor não gostou da proposta formulada em conjunto pelas três comissões e aprovada individualmente em cada uma delas. Por essa razão, teria interrompido abruptamente a sessão do Consuni no dia 9.

## Avaliações

“A proposta foi elaborada pela conselheira Diana Maul, presidente

da Comissão de Ensino e Títulos, e foi aprovada pela maioria dos presentes. Ou seja, nas três comissões havia uma maioria – não só no conjunto delas, mas em cada uma – favorável à proposta de cronograma da professora. Não era ainda um parecer em relação à Ebserh, mas em relação ao cronograma”, explicou Alcino Câmara, presidente da Comissão de Desenvolvimento. O conselheiro espera que esta proposta seja apresentada na próxima sessão ordinária do Consuni.

Para o presidente da Comissão de Legislação e Normas, Antônio Bicca, é preciso diálogo: “A gente está conversando com a Reitoria para ver como encaminha estas questões. Não há decisões, mas sugestões, possibilidades, ideias. A gente tem que harmonizar isso de alguma forma. É complexo. Uma decisão difícil que a Universidade tem que tomar e tem que ser conversada para não haver traumas”.

Nilson Theobald, da bancada técnico-administrativa e integrante da Comissão de Legislação e Nor-

mas, avaliou que a proposta das comissões, ao contrário de adiar o problema como foi dito, é uma forma de resolvê-lo efetivamente, “para que a gente passe a analisar o problema dos hospitais não sob o ponto de vista da Ebserh, mas, sim, da Universidade. Esse é o sentido da proposta das comissões”.

Nilson explicou que dessa maneira é possível conseguir estabelecer um diagnóstico dos hospitais universitários que dê subsídios ao Conselho para discutir a questão.

Para o representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas no Consuni, Roberto Leher, a proposta das comissões incorporou um elemento central da apresentada pelos movimentos: a constituição de uma comissão autônoma para discutir um diagnóstico e soluções para os hospitais, embora tenha mantido a apresentação de diagnóstico pela Ebserh. “Ao que me parece a Ebserh teria 30 dias para fazer essa proposta; o resultado da comissão autônoma da universidade para o hospital demandaria um calendário mais dilatado.

Minha compreensão, e também dos diversos setores que compõem a Frente em Defesa dos Hospitais Universitários, e tenho certeza do próprio Conselho Universitário, é de que seja possível concluir o trabalho de diagnóstico e propostas a tempo de interferirmos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (o prazo é 31 de agosto)”.

Leher acredita que com um bom trabalho político há a possibilidade de angariar apoio de deputados e senadores do Rio de Janeiro em defesa da UFRJ e de seus hospitais universitários.

## SintufRJ aponta incorporação de propostas

Para a coordenadora-geral do SintufRJ Alzira Trindade, a proposta que a Fasubra vem construindo há mais de um ano norteou a discussão das entidades na busca de alternativas à Ebserh. Por isso ela considera positiva a proposta apresentada pelas comissões quando incorpora conceitos importantes do movimento, embora não em sua integralidade: “Foi

uma boa proposta porque incorpora discussões dos movimentos. Teríamos que apresentar uma proposta alternativa, como a de que o reitor nomeasse uma comissão com pessoas da universidade envolvidas com os hospitais e com a saúde pública. E isso envolve todos os setores”.

O coordenador-geral do SintufRJ Francisco de Assis explica que a entidade vai pressionar para que a proposta vingue. “Até porque foi construída pelos três segmentos: AdufRJ, SintufRJ e DCE. A gente apresentou para as comissões que acabaram absorvendo parte daquela nossa proposta. Não temos conhecimento do que foi apresentado em função de que no Consuni passado não tivemos como ver o ponto de pauta discutido, mas vamos fazer pressão para que a proposta esteja na mesa nessa próxima sessão”.

## Reunião da Frente

As entidades têm reunião marcada para terça-feira, dia 21, para discutir a mobilização e acompanhamento das discussões no Consuni.

## ENTREVISTA

# Defensor público explica por que a DPU é contra a Ebserh

Em meio à vistoria no IPPMG, o defensor público da União André Ordacgy explicou por que a Ebserh não é solução para resolver a crise dos hospitais universitários.

■ **Jornal do SintufRJ** – Em vez de exigir do governo vagas para concursos e verbas, há quem diga que a Ebserh é a solução.

● **André Ordacgy** – Parece nítido para a Defensoria que a Ebserh não é a solução. Até porque, no final, a Ebserh é uma empresa pública federal, cujo único sócio é a União e a única pessoa que vai colocar capital lá é a União. Se é a União que vai bancar o custeio disso, por que não resolve o problema das universidades? Porque vai criar mais uma estrutura com vários cargos e efetivos em comissão, uma ganância do dinheiro público, quando poderia pegar toda a estrutura dos hospitais universitários e

investir dinheiro aí. Não dá para perceber qual a diferença, a não ser na forma jurídica. Enquanto uma é empresa pública, o hospital é ligado a uma autarquia, a UFRJ.

■ **JS** – Entre os argumentos de quem defende a Ebserh está a necessidade de flexibilização do regime de trabalho e a crítica ao atual modelo de gestão.

● **André Ordacgy** – A má gestão, ainda que cometida pelo funcionário público, é passível de controle pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, Corregedoria. Não vejo como, pela Ebserh, esse controle seja mais rígido. Pelo contrário: no meu entendimento pessoal, a fiscalização na Ebserh seria mais frágil, porque o funcionário público se sujeita ao Regime Jurídico Único e segue o Estatuto do Servidor Público Civil e ali tem punições rigorosas. Já para o empregado de uma empresa pública esse controle é mais tênue. O que falta é vontade política de fazer essa fis-

calização dentro do poder público.

A questão do regime celetista ou estatutário veio como depreciação para os servidores públicos. O servidor se submete ao RJU e à própria Constituição, em última análise.

■ **JS** – Na UFRJ vivemos um momento de decisão: o Conselho Universitário está apreciando a entrega dos hospitais ou não à Ebserh. Mas a solução não seria o governo cumprir seu papel constitucional?

● **André Ordacgy** – O governo tem que cumprir seu papel constitucional e investir nos hospitais universitários, no atual modelo que existe.

■ **JS** – O Tribunal de Contas da União determinou que os extraquadro fossem substituídos. Mas o Ministério do Planejamento não cede vagas e está impondo a Ebserh. Há alguma medida legal para contornar o impasse?

● **André Ordacgy** – Sim, um

dos instrumentos cabíveis seria a Ação Civil Pública para tentar modificar isso e, em última análise, nas altas instâncias. O Ministério Público Federal, através de seu procurador-geral da República, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) para que lei que traz a Ebserh seja declarada inconstitucional. Está tramitando no STF.

■ **JS** – O procurador da UFRJ tem insistido que essa ADI não irá prosperar...

● **André Ordacgy** – Não, não. A Defensoria Pública da União, sem querer pessoalizar, entende que a ADI está correta, inclusive foi uma das sugestões que a Defensoria ofereceu nas suas primeiras análises do tema, que o Procurador-Geral da República ajuizasse uma ADI. Isso de fato aconteceu, e isso tem que ser muito celebrado, porque na verdade (a Ebserh) desvirtua todo o sistema público de saúde.

■ **JS** – Não deveria ser o Mi-

nistério do Planejamento responsável por conceder as vagas necessárias ao IPPMG?

● **André Ordacgy** – Isso também pode ser solucionado na mesma ação civil pública colocando a União no polo passivo (órgão que sofre a ação). E tem que ser urgente, por conta das crianças. Estamos lidando com saúde, ligada ao direito à vida.

■ **JS** – Há solução para os extraquadro?

● **André Ordacgy** – Não é mais adequado (utilizar esse recurso). O ideal é que os problemas sejam sanados efetivamente por concurso público. Mas como forma emergencial, vai permitir o pronto estabelecimento do serviço até que haja concurso público e posse. Que a UFRJ faça gestão junto ao Ministério do Planejamento para solucionar a questão dos extraquadro. Isso só reforça a necessidade de médicos concursados.

## DEMANDA ESTUDANTIL

# Moradores do Alojamento em colisão com a SuperEst

**O motivo é a reforma no prédio. Os estudantes discordam da organização para realização das obras e não aceitam a bolsa especial para pagamento de aluguel de moradia fora do campus**

A reforma como a Superintendência-Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) está conduzindo a organização das obras de reforma do Alojamento Estudantil está sendo repudiada pelos moradores. Os estudantes realizaram assembleia geral e divulgaram nota denunciando a “imposição e a arbitrariedade” da SuperEst. Eles também questionam o benefício moradia emergencial e propõem desocupar o Alojamento somente quando o prédio da nova moradia estudantil ao lado do CCMN estiver pronto.

Por meio da nota, os estudantes moradores acusam a superintendência de se utilizar “de forças coercitivas e injustificáveis” para a execução da obra sem a participação do corpo discente. Assim como afirmam que a proposta do auxílio emergencial a ser concedido àqueles que optarem voluntariamente pela desocupação, hoje de R\$ 1.200, não atende às demandas de habitação do Rio de Janeiro, e esta não constava do



Foto: Renan Silva

**ALABEN, Wanderson e Lilian expõem suas reivindicações ao Jornal do Sintufjr**

projeto apresentado aos moradores em 2012.

De acordo com o alojado Wanderson Magalhães, na reunião do Conselho de Centros Acadêmicos realizada no dia 7 de maio, o DCE Mário Prata defendeu como solução

para o impasse o estabelecimento imediato de diálogo entre a universidade e as entidades representativas dos estudantes (Assembleia dos Estudantes do Alojamento e o próprio DCE). Essa posição do DCE teria sido traduzida em nota pública.

## Discordância

“Antes a reforma seria feita por colunas, não havendo necessidade de grandes deslocamentos. Agora dizem que será por bloco, sendo necessário esvaziar o espaço, e isso vem

acompanhado de uma bolsa de benefício que não pedimos. Tudo está sendo feito sem nos consultar e de forma manipuladora. Nos R\$ 1.200,00 estão incluídos os auxílios que já ganhamos para morar no Alojamento. Na verdade estão nos oferecendo apenas R\$ 650,00. Além disso, a universidade nos deixa sem apoio na medida em que teremos de arcar com a mudança, conseguir um fiador ou pagar três meses adiantados”, reclama Wanderson Magalhães.

Alaben Silva e Lilian Barbosa concordam com as críticas de Wanderson. “O dinheiro dado para o aluguel custará à universidade três vezes mais que o valor total da obra, que somente será concluída em 2015”, calcula Alaben com base no valor de R\$ 8 milhões divulgado pela UFRJ.

“Reforma sim, mas após a construção do prédio ao lado do CCMN para que os moradores do Alojamento sejam removidos para lá. Isso é o que propomos”, reafirma Lilian.

## Obra é uma antiga reivindicação dos estudantes

O superintendente da SuperEst, Antonio José Barbosa, explica que há anos os estudantes reivindicam melhorias e reformas no Alojamento, e para ele a proposta de cancelamento da obra é uma regressão.

De acordo com Barbosa, se essa reivindicação existe e deve ser levada às instâncias competentes, como o DCE, o Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho Universitário, pois a obra não é uma proposição da SuperEst.

“A superintendência não tem

poder deliberativo, apenas executa o que é encaminhado e aprovado pelos colegiados superiores”, esclarece o superintendente, acrescentando que a proposta de ampliação do benefício moradia emergencial (R\$ 1.200,00) aos alunos do alojamento foi submetida à sessão do Conselho de Ensino de Graduação em 8 de maio e aprovada por 9 votos favoráveis, 4 contrários e 3 abstenções.

O superintendente relata que na reunião realizada com os moradores do Alojamento no dia 29 de abril, com a participação de

representantes da administração central e do prefeito da UFRJ, não houve nenhuma manifestação contrária, e os estudantes ficaram de se reunir para discutir a questão.

“Deixei claro que a adesão voluntária seria o primeiro de diversos outros passos que precisaríamos dar para conciliarmos as necessidades técnicas para a realização da obra com as necessidades e possibilidades de nossos alunos. Em nenhum momento a questão foi colocada como impositiva ou obrigatória”, disse Barbosa.

## Censo

O superintendente disse que na reunião foi exposto que seria realizado um censo para fazer um diagnóstico da ocupação atual do Alojamento: “Há uma situação de descontrole na ocupação dos quartos que inviabiliza qualquer forma de organização, mas não me refiro aos agregados”.

De acordo com levantamento da superintendência, de 385 moradores oficiais, 180 já assinaram o termo de adesão ao benefício, portanto, desocuparam o espaço durante as obras.

“Considerando esses 180 alunos acrescidos de mais 100 quartos que já deveriam estar desocupados, temos um total de 280 quartos que deverão estar livres até julho. É o suficiente para o início da obra, pois precisamos de 250 quartos desocupados, o equivalente ao bloco do prédio. Se não houver esse quantitativo disponível é porque os quartos estão irregularmente ocupados, e essa é uma questão que precisa ser publicamente discutida”, informou Antônio José Barbosa.

## ASCENSÃO FUNCIONAL

# Só sai sob pressão

Depois que o Sintufjr pôs o Congresso Nacional na rota dos caravaneiros, o Projeto de Emenda Constitucional da Ascensão Funcional (PEC nº 257/1995) começou a se movimentar na Câmara dos Deputados — embora ainda muito lentamente.

A ação de visitação aos gabinetes dos parlamentares na Câmara e no Senado em busca de apoio aos projetos de lei e emendas constitucionais

de interesse da categoria, em tramitação nas duas casas, teve início em março com as caravanas que participaram das marchas nos dias 6 e 7.

### Ação intensificada

A atuação da força-tarefa dos caravaneiros do Sintufjr em Brasília prosseguiu no dia 22 de abril, por ocasião da mobilização, no Planalto Central, dos servidores públicos federais (SPFs)

para forçar o governo a reabrir negociações, entre outras reivindicações das diversas categorias que participaram da marcha.

Dessa vez foram 90 militantes da base da UFRJ, que, divididos em grupos, percorreram salas e gabinetes do Congresso Nacional para conversar com os parlamentares da bancada do Rio de Janeiro, ou com seus assessores, e expor as demandas dos técnicos-administrativos em educação.

### Tramitação da PEC

O resultado prático da visita dos caravaneiros aos gabinetes da bancada do Rio de Janeiro, em Brasília, foi que dois deputados já entraram com requerimentos solicitando ao presidente da Câmara Federal a constituição de comissão especial que decidirá sobre a admissibilidade da emenda (se a PEC fere ou não a Constituição Federal). Os parlamentares são: Andrea Zito (PSDB-RJ), que assi-

na a PEC criada pelo ex-deputado Índio da Costa, e Celso Jacob (PMDB-RJ).

Como esta reivindicação implica dinheiro, naturalmente que não interessa ao governo que o Congresso Nacional aprove a PEC 257/1995. Mas sob pressão ferrenha das entidades de classe, com certeza o quadro mudará a favor da categoria. Principalmente às vésperas de um ano eleitoral tão importante quanto o de 2014.

# Sintufjr cobra área para viabilização do projeto

Foto: Internet

O Centro de Convivência dos Trabalhadores da UFRJ é um compromisso da atual direção do Sintufjr e uma reivindicação histórica da categoria. Em 2010, a direção sindical protocolou na Reitoria (processo 23079.012386/2010) documento reivindicando uma área na Cidade Universitária para a sua construção.

Mas o coordenador do Plano Diretor da UFRJ e pró-reitor de Extensão, Pablo Benetti, informou que não há previsão no plano para um centro exclusivo de um segmento da universidade, mas sim para a construção de um clube universitário que reúna não apenas os sindicalizados do Sintufjr, mas todos os trabalhadores da instituição.

De acordo com Benetti, “a ideia pode ser trabalhada”, embora no Plano Diretor “nunca tenha sido pensado uma coisa exclusiva, somente em algo compartilhado”.

## Proposta da universidade

O clube universitário, explicou o coordenador do plano, se resume numa iniciativa para usufruto de todos os segmentos da UFRJ. Além disso, por intermédio dele a universidade objetiva viabilizar o projeto acadêmico Universidade Cidadã, que seria um polo de referência nacional de formação com oferta de cursos para técnicos-administrativos e docentes, e também voltados a organizações da sociedade civil,



**ILHA DO CATALÃO:** a área marcada em vermelho é a reivindicada pelo Sindicato para o Centro de Convivência

cujos clientes poderiam ser, por exemplo, a CUT e o MST. Segundo Benetti, o clube funcionaria ainda como suporte para a estada e lazer dos frequentadores dos cursos.

“Esse é o projeto original e está mantido”, afirmou o coordenador pró-reitor, explicando que o centro tem avançado e ganha corpo no âmbito do Fórum de Ciência e Cultura, assim como também o projeto da Universidade Cidadã. Ele informou que a ex-pró-reitora de Extensão Laura Tavares foi convidada para integrar a iniciativa e está

organizando reuniões e apurando quem na UFRJ estaria interessado em projetos dessa natureza.

## Participação do Sindicato

“O Sintufjr é um dos candidatos naturais, com dupla função: pode formar seus quadros técnicos e também contribuir para uma formação geral na atividade sindical”, disse Benetti, argumentando que a entidade foi convidada para participar das reuniões e que é interessante que apresente suas contribuições e demandas ao projeto.

“Agora, quanto ao clube, a ideia é a construção de uma coisa conjunta, como existe na USP e na UFMG. Uma iniciativa institucional, mas com a participação de todos os segmentos”, afirmou Benetti.

Mas não há prazos definidos. “Precisamos conseguir recursos. Mas antes há a expansão de salas de aula, e outras demandas estritamente acadêmicas que não estão satisfeitas”, enumera Benetti.

Ainda de acordo com o pró-reitor, o projeto da Universidade Cidadã pode ser viabilizado mais

facilmente com recursos de outras fontes e não propriamente do MEC, porque há várias entidades interessadas, ao contrário do que ocorre em relação ao clube.

Mesmo assim a construção do clube pode ser viabilizada. Uma das possibilidades é construir algo que possa ser administrado pelo Sindicato, mas como usufruto de todos. “Essa poderia ser uma segunda alternativa. Mas aí teria que discutir com o resto das organizações e com a administração central”, afirmou Benetti.

## Sonho ambicioso

A área reivindicada fica ao lado do Alojamento e próxima à ilha do Catalão.

“Na verdade, esta é uma reivindicação antiga dos técnicos-administrativos. Teve diversos nomes: sede social, sede campestre”, conta Eduardo Nazareth Paiva, engenheiro do Departamento de Geotecnia da Engenharia Civil da Coppe ex-diretor da Associação dos Servidores da UFRJ (que deu origem ao Sintufjr) entre 1982 e 1984 – e que abraçou a proposta e esboçou uma série de novas ideias para o projeto.

Para ele, existem conceitos modernos para o projeto, como assemelhar a ideia de um centro de convivência com a de um shopping center: lugar onde as pessoas têm à sua disposição

serviços e conveniências, agregando condições de climatização e segurança, facilidades de transporte, refeição e que assume o papel de ponto de encontro. A seu ver, no caso do Fundão, isso se torna particularmente importante.

## Pensando grande

Eduardo lembra que este é um dos maiores sindicatos do país e permite pensar em empreendimentos de vulto, como num grande shopping, onde grandes lojas podem ser âncoras no empreendimento e agregar outras menores.

“O Sintufjr, o sindicato dos docentes e até a entidade dos estudantes (DCE) poderiam ser estas âncoras, assim como a própria UFRJ poderia ser outra.

A administração poderia ter serviços ali que operassem fora do expediente. O aluno que estuda à noite, o professor que trabalha à noite estão desprovidos de alguns atendimentos somente possíveis durante o dia”, analisa Eduardo.

Entre os possíveis parceiros – além de iniciativas de educação continuada, cultura, informação e acesso a tecnologias e teatro, shows, oficinas, cursos de idiomas, entre outros benefícios –, Eduardo relaciona escritórios de planos de saúde, bancos, restaurantes, lanchonetes, drogarias. Como também um setor de logística que permitisse fazer do Centro de Convivência um ponto de encontro para aguardar, por exemplo, o fim dos engarrafamentos com pontos

de táxi, empresas de telefonia. Um lugar com condições de segurança com hospedagem de curta duração.

## Custo variável

O projeto, segundo ele, pode custar de R\$ 1 milhão a R\$ 100 milhões: “Quanto custa? Custa o tamanho da competência dos articuladores de construir um poder de atração e convencimento para quem vai estar dentro do projeto”, diz Eduardo. Ele avalia que os custos mais pesados poderiam ser transferidos para as empresas, que receberiam o retorno sob a forma de utilização de estacionamentos ou de aluguel de pequenas lojas.

O engenheiro diz que já houve algumas reuniões para discutir essas ideias e que agora

elas devem ser materializadas visualmente, fazer contatos com possíveis âncoras ou decidir se o Sindicato será o único participante.

Ele sugere a constituição de uma comissão de empreendedores do Centro de Convivência. E essa comissão definirá quem fará parte do projeto. A partir daí, deverá ser contratado um escritório de arquitetura. De acordo com Eduardo, dois anos é um prazo razoável para se ter a maquete e o projeto aprovados e uma placa fincada na área. Quanto ao tempo de construção, diz que é mais difícil de prever: “talvez entre 5 e 10 anos”. “Parece muito, mas, na verdade, daqui a 10 anos poderemos estar fazendo esta mesma entrevista”, conclui o engenheiro.

# Debate na CUT e evento oficial marcam 125 anos da Abolição

No dia 13 de maio, dois eventos no Rio de Janeiro marcaram a data da Abolição da Escravatura no Brasil, que após 125 anos ainda não superou as desigualdades raciais.

A Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-Rio realizou debate sobre os 125 anos da Abolição da Escravatura, sob uma ótica crítica, com a participação de antigos e novos militantes do movimento negro do Rio de Janeiro. O 13 de Maio de 1888 ficou marcado na história do Brasil como o dia em que foi abolida a escravidão no país com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, mas o processo que culminou nessa data ignora as lutas populares e toda uma movimentação na sociedade brasileira, entre prós e contra o fim da escravatura, inclusive no Parlamento.

Ao ritmo do Jongo da Serrinha, o governador Sergio Cabral assinou o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial para nortear as políticas públicas de enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais no Estado; o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra Jovens Negros; o decreto de convocação para a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, e um Termo de Coope-

ração Técnica entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e Defensoria Pública, para assistência às vítimas de crimes de racismo, intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana e injúria racial.

O técnico-administrativo da UFRJ Clério Francisco Rosa participou dos dois eventos. Para ele, 13 de maio é uma data importante e que exige reflexão e envolvimento. “No Palácio foram assinados vários decretos de nosso interesse. E o debate na CUT, apesar de pouco divulgado, foi riquíssimo. A luta pela igualdade racial está inserida na luta de classes, e lamento que ela sempre fique em segundo plano no movimento sindical”, afirmou.

## Debate

Participaram da mesa de debate da CUT-Rio o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Paulo Jager; o pesquisador do Instituto de Pretos Novos (IPN), Júlio César Medeiros, e o presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Benedito Sérgio. A mediação coube ao secretário de Combate ao Racismo da CUT-Rio, Antônio Barbosa.

Paulo Jager apresentou um conjunto de informações da Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) sobre a inserção do negro no mercado de trabalho brasileiro. O histórico do processo que levou à Abolição coube a Júlio Cesar Medeiros. Ele dividiu o processo em três fases: o fim do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós (1850 a 1871); a liberdade dos filhos de escravos com a Lei do Ventre Livre (1871 a 1888) e a Abolição com a Lei Áurea (a partir de 1888).

Benedito Sérgio defendeu a preservação da cultura negra, se contrapondo aos que

pretendem rebatizá-la de “afrodescendente”. Ele lembrou da grande marcha de 1988, quando a Abolição completou um século sem representar grandes avanços para a população negra carioca e brasileira. “Uma vez iniciada a marcha em 1988, ela jamais terá fim. E tende a se perpetuar porque é feita pela liberdade”, disse Benedito, aproveitando a oportunidade para convocar para o ato em comemoração aos 25 anos da marcha, marcado para 20 de maio, às 10h, na Cinelândia.



## Rio comemora 25 anos da marcha contra a farsa da Abolição

Há 25 anos, no dia 11 de maio de 1988, no centenário da Abolição, foi realizada uma grande marcha no centro do Rio de Janeiro para denunciar a farsa em que se constituiu a abolição dos escravos africanos no Brasil. Uma multidão se concentrou na Igreja da Candelária e partiu pela Presidente Vargas caminhando até a Praça Onze, sendo impedida de chegar até o monumento de Zumbi dos Palmares pela polícia, realizando então uma contramarcha da Rio Branco até a Cinelândia.

Segundo o presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Benedito Sérgio, em artigo sobre a marcha, “a retomada da luta era muito recente, iniciara-se no alvorecer da década de 1970 com a falta absoluta de referências”. Iniciativas como a criação de um partido político pela Frente Negra em São Paulo e o Teatro Experimental do Negro haviam ficado no passado.

E foi pós-1968, com vários atos institucionais impedindo qualquer forma de manifestação e reuniões, que começaram a surgir as entidades responsáveis pela marcha, entre elas o IPCN, oriundo do início da década de 1970 e que viveu sob forte repressão. “A marcha foi uma coragem coletiva extrema e produziu consequências positivas. Para comemorar esse feito e trazê-lo ao conhecimento das novas gerações, iremos realizar um grande ato no dia 20 de maio”.

## Ato histórico será revivido na Cinelândia, segunda-feira, dia 20

### Programação

#### Das 10h às 12h

Debate público sobre os 10 anos da Lei nº 10.639/03, no plenário da Câmara Municipal, por iniciativa do vereador Reimond (PT).

#### Às 12h

Recital de poesia e música.

Aulas públicas: O histórico do movimento negro; A importância do reflorestamento da Floresta da Tijuca e os seis negros escravizados que reflorestaram; A construção da marcha contra a farsa da abolição “Nada mudou, vamos mudar!”

#### Das 12h às 18h

Projeção de fotos de Januário Garcia “A marcha de 1988: nada mudou, vamos mudar!”

#### Às 18h

Câmara Municipal: entrega de medalhas Pedro Ernesto pelo vereador Renato Cinco em homenagem aos seis negros escravizados que reflorestaram a Floresta da Tijuca, e entrega de moções para os militantes que construíram a organização da marcha Negra de 1988.

